

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Autor(es) **MUNIQUE DANIELLE SOUZA NUNES**

Em um país com a história marcada por mais de trezentos anos de escravidão africana, contando com os maiores e mais duradouros quilombos da América, discutir em sala de aula as contribuições que estes povos deixaram em nossa cultura é fundamental. Também está previsto em lei esse debate nas escolas. A inserção do ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo da escola começou em 2005, com a formação continuada para professores e gestores. Na reestruturação do Ministério de Educação (MEC), o fortalecimento de políticas e a criação de instrumentos de gestão para a afirmação cidadã tornaram-se prioridades, valorizando a riqueza de nossa diversidade étnico-racial e cultural.

Neste sentido, foram criadas as leis 10.639 e 11.645, que destacam a importância da inclusão da literatura afro-brasileira e o estudo das contribuições dos povos africanos na cultura e na língua portuguesa falada no Brasil. Se há quase uma década, o ensino da história e da cultura afro-brasileira busca ocupar um espaço a ser respeitado no currículo das escolas, isso se deve à luta do movimento negro, que defende a inclusão de temas essenciais ao reconhecimento da população negra como um dos pilares fundamentais para a formação do Brasil. Porém, há muita dificuldade em introduzir esses conteúdos nas salas de aula por diversos motivos, entre eles, professores e especialistas destacam o mito da democracia racial, que ainda reverbera em muitos discursos, bem como o preconceito institucionalizado, as lacunas na formação dos educadores e a intolerância religiosa.

Para se adequar à lei, cabe às escolas encontrar um modo de redesenhar as aulas para adequar os conteúdos exigidos. Segundo Eduardo de Assis Duarte (2009), a não adequação à lei está relacionada, basicamente, a três fatores: despreparo e desconhecimento dos professores com relação ao tema; pouco material de estudos produzido sobre a história e cultura dos afro-brasileiros no Brasil; e preconceito de algumas instituições. Para facilitar a implementação da lei 10.639, o MEC criou políticas e programas voltados para ações de reconhecimento e valorização da diversidade sociocultural.

Diante dessas dificuldades que as escolas públicas têm em fazer cumprir esta lei tão importante para o currículo dos alunos, os PIBIDIANOS do subprojeto de História da Universidade Estadual de Montes Claros propôs desempenhar um projeto de intervenção escolar abordando essa temática na Escola Estadual Eloy Pereira, localizada em Montes Claros, Minas Gerais

Objetivos

O projeto de intervenção escolar teve como objetivo principal salientar a diversidade etno-cultural brasileira, bem como a contribuição que a matriz do negro africano trouxe para cultura brasileira, tanto durante os anos da escravidão quanto depois que esta acabou. Também constituiu finalidade do trabalho mostrar como foi esse processo de construção e de inserção da cultura negra da nossa nação.

Material e métodos

Os métodos usados para a execução do projeto consistiu em apresentações expositivas sobre o tema que, por seu tamanho e complexidade, foi dividido em subtemas para melhor compreensão por parte dos alunos. O assunto foi abordado na forma de oficina, metodologia que se mostrou eficaz por ser uma forma diferente das aulas convencionais e promover a interação com os estudantes. Os PIBIDIANOS procuram desenvolver oficinas que tratassem de teorias e conceitos, fundamentais para sensibilização e consciência sobre o assunto, assim como abusar do lúdico, de materiais e instrumentos relacionados a cultura afro-brasileira. Como retorno das oficinas, obteve-se resultados, entre eles, produção de cartazes, poesias, desenhos, textos e outros. Também foram usados imagens e vídeos que retratavam diferentes tipos de expressões culturais africanas e como estas se modificaram e se entranharam na nossa história ao longo do tempo no Brasil. Debates e discussões foram abertos para que todos pudessem expressar suas opiniões, mostrar o quanto o conteúdo foi absorvido e desenvolver senso crítico e argumentativo acerca da temática.

Resultados e discussão

Os resultados foram satisfatórios, visto que, através das atividades e debates constatamos uma grande absorção por parte dos alunos sobre os conteúdos abordados. Muitos dos estudantes mudaram suas visões sobre a afro brasilidade, assim como desmistificaram várias informações formadas sem conhecimento prévio que as fundamentassem e desconstruíram preconceitos que rodam nossa sociedade e são reproduzidos por muitos sem senso crítico sobre o assunto. Outro resultado constatado foi a mudança da visão sobre o negro na sociedade. Muito de nossa cultura e hábitos foram construídos pela matriz africana. Na formação escolar não se trabalha essa temática e, apesar da vida mostrar experiência concreta, a consciência não desperta para tal questão. Diante do trabalho das oficinas, conhecer o assunto por vários ângulos, possibilitou valorizar a herança afro brasileira. Dessa forma, o preconceito foi desconstruído e, muitos dos alunos, terão novas atitudes e olhares sobre alguns setores da cultura afro, entre elas, acerca da religião.

10^o

FEPEG

FÓRUM ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Referências bibliográficas

BOLOGNESI, Luiz; PUNTONI, Pedro. **Meus heróis não viraram estátua**. São Paulo: Editora Ática, 2013.

Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/artigos/16122013/ensino-da-cultura-africana-e-afro-brasileira-nas-escolas-ainda-encontra-resistencia>>. Acesso em: 29 out. 2016.

OLIVEIRA, Eduardo de (Org.). Quem é quem na negritude brasileira. São Paulo: In: **Congresso Nacional Afro-Brasileiro**. Brasília, 1998.

Realização:



Apoio:

